

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.553.402 - RS (2019/0221868-4)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : PAULA MALTZ NAHON - RS051657
GABRIEL DE FREITAS MELRO MAGADAN - RS044046
CARLOS EDUARDO NETTO COSTA - RS075325
JULIO CESAR KNORR DE OLIVEIRA - RS081775
DÉBORA MARCELO ALEXANDRE E OUTRO(S) - RS101112
AGRAVADO : IVO BANALETI
AGRAVADO : VALDIR FACHINELLI
AGRAVADO : ROMANA BOHNEN
AGRAVADO : SERVIÇO DE REGISTRO E TABELIONATO DE PROTESTOS
DE TÍTULOS DE GRAVATAI
AGRAVADO : ELIZABETH VARGAS DE LIMA
ADVOGADOS : MOACIR LEOPOLDO HAESER - RS045143
AUGUSTINHO GERVASIO GOTTEMS TELOKEN - RS028958

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por OI S.A., em face de acórdão assim ementado (fl. 1.745):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. GRUPO OI. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. LEVANTAMENTO DE VALORES INCONTROVERSOS NOS AUTOS. POSSIBILIDADE.

NO CASO CONCRETO, CORRETA DETERMINAÇÃO DO JUIZ A QUO DE LEVANTAMENTO DE ALVARÁ.

MANTIDA A DECISÃO POR PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

Os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados (fls. 1.775/1.781).

Nas razões do especial, o ora agravante alega ofensa ao art. 1.022, II, do Código de Processo Civil/2015, por omissão do Tribunal de origem, ao não se pronunciar sobre a impossibilidade de liberação dos valores.

No mérito, argui afronta aos arts. 49 e 59 da Lei n. 11.101/2005, afirmando que " todos os créditos cujo fato gerador seja anterior a 20.6.2016, como ocorre neste caso, deverão ser pagos na forma prevista no plano de recuperação judicial,

Superior Tribunal de Justiça

devidamente aprovado pela assembleia geral de credores, não havendo que se falar em liberação de valores à parte contrária" (fl. 1.791).

Ultrapassado o juízo de admissibilidade, passo a decidir.

Inicialmente, verifico que não há omissão alguma ou ausência de fundamentação na apreciação das questões suscitadas.

Ressalte-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, a fim de expressar o seu convencimento. O pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões proferidas pela origem.

Esclareça-se, também, que não se traduz em omissão a motivação contrária ao interesse da parte ou que deixe de se pronunciar acerca de pontos considerados irrelevantes.

Observe-se, ainda, que "A jurisprudência é firme no sentido de que os embargos de declaração, ainda que opostos com o objetivo de prequestionamento visando à interposição de recursos nos Tribunais Superiores, não podem ser acolhidos quando inexistentes omissão, contradição ou obscuridade na decisão recorrida" (EDcl no AgInt no AREsp 156.220/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 27/2/2018).

Quanto ao mais, o Tribunal de origem, ao julgar o agravo de instrumento, concluiu pela possibilidade de deliberação do valor em discussão, assim se pronunciando (fls. 1.748/1.750):

(...) no caso em apreço, o valor já está depositado antes da data de 21/06/2016, sendo tal valor incontroverso.

Assim, no caso concreto, tenho que os valores incontroversos, devem ser liberados, em atenção a decisão que limitou a suspensão das demandas em desfavor da recuperanda, proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 0034576-58.2016.8.19.0000, nos seguintes termos, do trecho abaixo colacionado:

Diante do exposto, VOTO pelo CONHECIMENTO e PARCIAL PROVIMENTO do recurso, revogando o efeito suspensivo concedido, para que a suspensão das ações e execuções, extrajudiciais ou de cumprimento de sentença, provisórias ou definitivas, determinada pelo juiz *a quo*, **não**

Superior Tribunal de Justiça

alcance o levantamento de valores depositados pelas recuperandas antes de 21/06/2016, com a expressa finalidade de pagamento, bem como os valores depositados antes da aludida data em execuções nas quais tenha se dado a preclusão ou o trânsito em julgado da sentença de embargos à execução ou da decisão final de impugnação ao cumprimento de sentença, permitindo-se, nestes casos, o levantamento. (grifei)

(...)

Ante o exposto, nego provimento ao recurso, mantendo a decisão lançada pelo MM. Juiz Singular, por seus próprios termos e fundamentos.

A análise das razões do recurso, a fim de demover o que concluído pela origem, demandaria inevitável reexame de matéria fática, procedimento que encontra óbice no verbete 7 da Súmula desta Corte. No mesmo sentido: AREsp nº 1.559.646/RS, Relator Ministro Luis Felipe Salomão, DJe de 1º/10/2019; e, AREsp nº 1.352.965-RS, Rel. Ministro Raul Araújo, DJ de 3.6.2019.

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora